

APRESENTAÇÃO

Profa. Dra. Cristiane Silva Kaitel¹

A Revista Eletrônica do Curso de Direito da PUC Minas –Campus Serro apresenta sua 15ª edição, seguindo a tradição de oferecer um campo de divulgação de temas plurais, relevantes e atuais.

O campus Serro está localizado no Vale do Jequitinhonha, no território da nascente do Rio Jequitinhonha, espaço de abundância cultural e de múltiplas realidades, de olhares plurais e lar de seres humanos e não humanos, destinatários e sujeitos de direitos e deveres. O tempo passado e o tempo presente se encontram nas experiências e tradições (reconhecidas como patrimônio imaterial não só do estado de Minas Gerais, como também do Estado Brasileiro e da UNESCO), e na necessidade de encontrar modos de viver que garantam o tempo futuro a todos sem discriminação.

É muito relevante que haja pesquisa e extensão, produção de conhecimento científico, no Vale do Jequitinhonha, em um campus onde muitos discentes têm origem nesta região. É muito relevante que saibamos que o território onde está a PUC Minas Serro tem grande extensão, e que as questões, as necessidades, as peculiaridades desta região estão sendo problematizadas neste campus. É muito relevante que os docentes deste campus estejam problematizando tais questões, que estejam realizando o ensino de forma crítica, e olhando para tal território. É muito relevante que os frutos deste trabalho possam ser lidos através desta Revista.

Nesta senda, nesta edição encontraremos artigos temáticos sobre o Direito à Cidade e várias perspectivas possíveis relacionadas a sua efetividade. O Direito à Cidade foi tema do SEMEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da PUC Minas – Campus Serro em 2024, evento tradicional de reconhecimento e publicização do ensino, da pesquisa e da extensão no campus. No SEMEPEX o protagonismo é dos discentes, o evento é aberto a toda comunidade local e regional, inclusive com a participação de professores e alunos do ensino médio, que têm a possibilidade de ter contato com o que é produzido no campus.

Adicionalmente, as temáticas envolvendo questões afetas aos Direitos Humanos e Fundamentais integram esta edição. Tais temáticas são objeto importante das produções acadêmicas não só do território do Serro mas de toda região de abrangência do campus. Do mesmo modo que os Direitos Humanos são um conjunto indivisível, é importante ressaltar que tanto quanto são plurais os seres humanos, tanto mais são plurais as questões que nos afetam. Assim, os demais artigos têm também esta característica: são temáticas plurais e igualmente relevantes.

Os Direitos das Pessoas com Deficiência devem ser trazidos à luz, colocados para o debate, para que a invisibilidade com que são tratadas (não tratadas, ignoradas) as PcDs seja enfrentada e para que todos entendam que uma das liberdades mais importantes é a liberdade de se escolher viver como

¹ Possui graduação em Direito pela UFMG, mestrado em Integração Europeia com ênfase em Direito Econômico Internacional e Direitos Humanos pela Universitaet des Saarlandes (Alemanha), e doutorado em Direito pela UFMG. Atualmente é Professora Adjunto IV da PUCMINAS Campus Serro e professora permanente do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFJVM. Advogada especialista em Direito Internacional.

se quer, e a capacidade jurídica é a ferramenta que torna possível o exercício desta liberdade.

As violências sofridas e cometidas, institucionalizadas e normalizadas, são recorrentes e um aspecto sociocultural brasileiro. As discussões do paradigma criminal instalado são imprescindíveis para que se avance na proteção, especialmente das mulheres e da população negra. Estas violências estão impregnadas em nossas relações mais próximas e também nos ambientes esportivos, que deveriam ser de competição saudável e confraternização, mas que muitas vezes se transformam em ambientes tóxicos e nocivos.

Por fim, entender o acesso à justiça como norma cogente, ou seja, imperativa, é essencial para a garantia de todos os direitos. A tramitação em tempo não razoável, entenda-se demasiado longo, tanto nas esferas administrativas pré-processuais, quanto no curso dos processos, dentro do sistema brasileiro, mas também em sistemas regionais de proteção e garantia é obstáculo que mitiga a efetividade do acesso à justiça. O abuso do poder de ação e a má-fé no exercício deste poder são máculas que têm a mesma consequência.

Percebe-se que esta edição oferece múltiplas reflexões, indagações, inquietações, que irão motivar a leitora e o leitor quem sabe a compartilhar tais reflexões com seus círculos mais próximos e por que não mais distantes, na esperança de que com a disseminação dos questionamentos que podemos fazer também a nós mesmos, logremos nos tornar uma sociedade mais humana, plural, acolhedora e respeitosa.

Convido a todas e todos para ler cada artigo e refletir sobre as temáticas que dizem respeito a este território e a este tempo. Que vocês se sintam motivados a também contribuir para tais ações de promoção e produção de conhecimento.

Boa leitura!